

O Tempo, o Poder e a Religião

Algumas Observações Metodológicas sobre a Relação entre a História Eclesiástica e a Antropologia da Religião*

André Droogers

Introdução

Nesta modesta contribuição, quero apresentar uma questão interdisciplinar relacionada com a História Eclesiástica e a Antropologia da Religião. Sendo antropólogo, observei, com muito prazer, que recentemente historiadores da igreja latino-americana começavam a adotar métodos e perspectivas que, em certa medida, são muito parecidos aos que o antropólogo segue e aplica. Neste pequeno artigo, quero mencionar quatro destas características comuns e fazer algumas observações sobre cada uma delas. Assim serão abordados: o interesse pelo lado popular, a abordagem holista**, o enfoque na questão do poder, e a ênfase em processos e em transformações. Uma colaboração maior entre as duas disciplinas é pleiteada.

O Popular

A Antropologia Cultural tem a sua origem no estudo das tribos que, numa certa época, foram chamadas de primitivas. Nelas não existem fontes escritas. A pesquisa sobre elas se faz a partir da tradição oral. As sociedades tribais conhecem pouca diferenciação social e podem ser caracterizadas como relativamente homogêneas. Para pesquisadores vindos do mundo ocidental, estas sociedades representavam o que não existia (mais?) nas suas próprias sociedades diferenciadas, a menos que as massas populares fossem consideradas sucessoras e herdeiras dessa tradição aparentemente perdida. Talvez fosse por isso que os antropólogos sempre mantinham uma simpatia para com o popular na sua própria sociedade. Agora que vários antropólogos começam a estudar sua sociedade, eles se dedicam muitas vezes ao estudo deste lado avesso da sociedade.

Os historiadores passaram por um processo diferente, que, porém, levou a um resultado parecido. Tradicionalmente, eles se dedicaram ao estudo do comportamento da elite que teve o poder nas mãos. Foi uma atitude lógica, pois quem tem o poder faz a história. São os dignitários da vida que escrevem, pela mão do historiador — às vezes do seu historiador — a história. Na igreja não foi muito diferente. Até na tradição reformada, apesar de uma tendência de reabilitar o fiel comum, são muitas vezes os líderes

que são apresentados como os atores principais da História Eclesiástica. Por isso, é revolucionário quando historiadores da igreja na América Latina começam a escrever a partir do ponto de vista das pessoas comuns, dos membros simples e — termo favorecido — humildes. Se desenvolve o projeto de escrever a história da igreja popular. No momento em que isso acontece, o antropólogo e o historiador da igreja se encontram. Para o antropólogo é uma surpresa que não é só ele que depende de fontes orais. Alegrementemente oferece da sua experiência.

Claro que o conceito “popular” é bastante problemático; mas isso não diminui o interesse que ambos, antropólogo e historiador, têm pelo popular. Popular tem pelo menos duas conotações. A primeira se refere à organização da sociedade e tem a ver com classe, com a posição no jogo do poder na sociedade. Popular então se refere às massas sem voz nem vez, como se diz na linguagem de muitos autores. No contexto da religião e da igreja — é a segunda conotação — popular se refere à categoria dos fiéis, dos que não pertencem ao clero, à hierarquia. Pode existir uma coincidência com a primeira conotação, pois os que pertencem à classe baixa têm pelo menos oportunidade de serem admitidos ao clero. E quando conseguem entrar, correm o risco de se alienar da classe à qual pertenciam. Existe porém o popular, no segundo sentido, dos fiéis de classe média e alta. No caso deles, não existe coincidência entre a primeira e a segunda conotação. De qualquer maneira, o que ambos, pobre e rico, têm em comum, é a falta de prestígio, seja na sociedade, seja na religião. É esta falta de prestígio que está na base do interesse no popular que antropólogo e historiador compartilham.

Uma Abordagem Holista

Nas ciências sociais que estudam a sociedade moderna, existe uma divisão de trabalho que fez com que para cada aspecto se desenvolvesse uma ciência autônoma: a Sociologia, a Economia, as Ciências Políticas. A complexidade dos fenômenos estimula esta diferenciação. Com o crescimento do conhecimento, a especialização se torna necessária e inevitável. Enquanto no século passado o tipo ideal de cientista era o do conhecedor de muitos campos de pesquisa, neste século esta espécie se tornou rara. É só em algumas disciplinas que se ouve ainda os ecos desta ciência geral. Assim, entre antropólogos e historiadores, a tradição de uma abordagem holista continua viva.

De novo, os antropólogos se inspiram nas sociedades tribais, consideradas, como já foi dito, homogêneas e, mais importante, por isso facilmente abordáveis na sua totalidade. A vida se passa numa escala agradavelmente humana, em que os horizontes da sociedade não estão muito longe. As pessoas se conhecem e não jogam muitos papéis diferentes no drama da vida

delas. E sempre quando mudam de papel, se encontram com os mesmos atores, também num outro papel. Neste tipo de sociedade, parece fácil descrever como tudo se relaciona com tudo. Foi até tão fácil que muitas vezes antropólogos exageravam o que observaram. Criaram uma imagem da sociedade como integrada, coesa, harmoniosa. Tudo tinha uma função para o bem estar do todo. Conseqüentemente, as instituições na sociedade eram mais importantes pelo que *faziam* do que pelo que *eram*. Assim, a religião, por exemplo, chegou a ser reduzida a sua função social. Nas primeiras etnografias, todos os aspectos da sociedade tribal foram descritos no seu conjunto, capítulo por capítulo, numa seqüência previsível. Mais tarde, os etnógrafos se dedicaram a aspectos isolados — o religioso, o legal, o social, o econômico — mas nunca sem afirmar que estes aspectos estavam ligados aos outros aspectos da cultura. Muitos foram vítimas do risco de sacrificar a dimensão do tempo à abordagem holista. Quem enfatiza a coesão, a estrutura eterna, está cego à contradição e à tensão, e por isso às mudanças. Se esquece que o tempo corre.

Neste sentido, os historiadores fizeram melhor. Por causa da sua profissão, não podiam se esquecer da dinâmica e do tempo. E já tinham um interesse em todos os aspectos da vida, nas suas relações mútuas. Sabiam como o religioso e o econômico, o social e o político se influenciam. Continuavam a visão do geral, apesar da divisão de trabalho que estava se desenvolvendo nas ciências sociais do mundo ocidental. Se para o antropólogo era a sociedade tribal que salvou a visão holista, para o historiador era o fator do tempo. Mesmo quando os dois começaram a se especializar, por exemplo na Antropologia da Religião, ou na História Eclesiástica, ambos mantinham a perspectiva do todo. Quando os antropólogos sacrificaram o fator do tempo, os historiadores estavam lá para lembrá-los desta dimensão.

Poder

Com relação a este aspecto, os historiadores têm uma tradição muito mais comprida que os antropólogos. Para quem não sabia melhor, a história é a história do poder, num sentido duplo: descrevendo os atos dos que estão no poder, mas muitas vezes também a serviço deles. A História Eclesiástica não parecia desviar muito deste padrão, até o momento em que, na América Latina, historiadores da igreja passaram por uma conversão metodológica, e iniciaram um modo de descrição da perspectiva das pessoas sujeitas a este exercício do poder. O conceito “sujeito” é ambíguo demais, mas assim exprime bem as duas modalidades: *estar* sujeito ao poder de outros, e *ser* sujeito da sua própria vida.

Os antropólogos já conheciam esta perspectiva do lado dos sujeitos, mas é só recentemente, seguindo as trilhas de sociólogos e filósofos, que começaram a alimentar um interesse nas questões do poder. Descrevem “po-

der” como a capacidade de influenciar o comportamento de outros. Estão chegando ao ponto onde concluem que poder está presente em todas as relações entre pessoas e que tem um caráter bilateral. A onipresença de poder vale também para os que não parecem ter poder. Eles participam no poder, mesmo que dêem mais do que recebam. Pois sempre dispõem de formas de resistência, abertas ou escondidas, para manter um mínimo de identidade, apesar da dominância pelos poucos que conseguem determinar o comportamento de muitos outros. É o interesse pelo poder que fez com que antropólogos redescobrissem a dimensão do tempo e da contradição. A relação mútua, que é essencial para o poder, aponta para a mudança. A falsa imagem da sociedade em coesão, preço que se pagava para manter a visão holista, foi corrigida a partir da descoberta do poder.

No contexto do estudo da religião, o conceito de poder tem um interesse especial e pode ser descrito em pelo menos três níveis. Primeiro, para qualquer organização religiosa, a estrutura interna é baseada em relações de poder. Este poder pode ser legitimado com uma apelo ao sobrenatural. Assim, alguns se dedicam ao exercício do poder sobre os fiéis. São chamados de “hierarquia”, de clero, de ministério. Tinham visões, ou se sentiram chamados de outra maneira. Estão ao serviço dos fiéis e se sacrificam. Mas, sociologicamente falando, isso não impede que tenham poder. Este conceito pode faltar nos seus vocabulários, mas está presente no seu comportamento. Historiadores da igreja e antropólogos da religião ganham o seu pão de cada dia descrevendo e analisando este poder interno da organização religiosa.

Mas existe, em segundo lugar, o poder na sociedade. Ele interessa às duas disciplinas, porque a religião pode ser influenciada pelo poder na sociedade, como também pode influenciar esta forma de poder. O caráter bilateral de poder se manifesta também neste nível. Neste particular, a História Eclesiástica sempre se dedicava ao estudo do poder externo à religião. Trouxe milhares de exemplos que mostraram que a religião facilmente se adaptou à sociedade. Descreveu também como a religião conseguiu exercer o seu poder na sociedade. Usava o instrumento da biografia para mostrar como indivíduos — quer dizer as pessoas muitas vezes negligenciadas pela Antropologia — tinham uma influência enorme na sua época. Neste sentido, a História Eclesiástica tem uma lição a ensinar à Antropologia, que tende a pensar em termos supra-individuais como cultura, grupo, sociedade.

Existe um terceiro nível onde poder e religião se relacionam. Aqui os historiadores da igreja sempre tinham mais sensibilidade para descobrir esta relação, já que se formaram em primeiro lugar como teólogos. Refirame ao poder sobrenatural, divino, espiritual. Os antropólogos tinham adotado uma metodologia secularizada. Por não poder afirmar nem negar o poder divino, se limitavam a descrever pessoas religiosas. Estas, sim, poderiam ser estudadas empiricamente. Infelizmente exageraram nesta abordagem agnóstica, de maneira que só raramente percebiam que pelas pessoas pesquisa-

das o poder divino pode ser visto como ator social: “Deus age na história”. Limitaram-se a explicações seculares e funcionalistas, que não conseguiram esclarecer o caráter *religioso* do comportamento das pessoas. Explicaram a religião como cimento da sociedade ou como a alienação que era necessária numa sociedade dominada pela repressão. Era como se, sendo ateus, não pudessem aceitar que pessoas agem sob o impacto da experiência do poder divino. Ora, os historiadores da igreja sabiam há muito tempo que a convicção religiosa pode ser o motor da história. Podem mostrar aos antropólogos e sociólogos que a negação do poder religioso não significa a libertação de qualquer metafísica.

Transformação e Processo

Durante muito tempo, o que é evidente para os historiadores, ficou escondido para os antropólogos: o fato de que as sociedades mudam. Cultura e sociedade têm sido descritas por muito tempo como fenômenos estáticos. As sociedades tribais, objeto predileto dos antropólogos, foram até caracterizadas como sociedades sem história. Foi considerado privilégio das sociedades antigas e modernas o de ter história. Só quando a sociedade moderna entrou em contato com as sociedades tribais, a história teria tido início nelas. Assim pensaram.

Atualmente os antropólogos sabem melhor e aprenderam sua lição. Descobriram que cada povo tem uma versão da sua história, que conta de onde veio, para onde foi, e quem eram as primeiras pessoas, fundadoras do povo. Os informadores contam isto de maneira embrulhada, em mitos e lendas. Mas é possível descobrir o código e reconstruir o que aconteceu. Além disso, ninguém pode ignorar a profunda transformação que é resultado da influência ocidental no Terceiro Mundo. Muita pesquisa antropológica que se faz atualmente, estuda exatamente esta mudança.

Com isto, a maneira de pensar dos antropólogos sobre o tema principal da sua disciplina, a cultura, tem mudado. Atualmente, cultura é descrita como a capacidade de usar símbolos e de dar significados. O ser humano tem o monopólio desta capacidade. Com a ênfase na cultura como capacidade, ao invés de resultado, evita-se uma postura estática e fica possível prestar atenção à dinâmica. Pensa-se muito mais em termos de processos do que de sistemas. Descobre-se como pessoas se posicionam constantemente face às estruturas sociais e simbólicas da sua sociedade. Transformação é fundamental na cultura e nas culturas. Dá-se muita atenção aos significados que as pessoas atribuem ao que é considerado símbolo. Graças a este dom de dar significados, poder pode existir: certas pessoas e o seu comportamento são interpretadas como poderosas. O mesmo dom faz com que a postura religiosa seja possível. Existem poucos setores na vida humana onde a atividade simbólica é tão intensa como na área religiosa.

Aqui encontramos outro campo comum às duas disciplinas. Na História Eclesiástica, uma pergunta central também interroga pelos significados que pessoas dão aos acontecimentos, a Deus, à igrejas, ao clero, aos leigos, a comportamentos, a objetos, a outras religiões. Com a mudança neste processo de significação, a história muda. Na história a cultura e o tempo se casam. Caso os antropólogos se tivessem limitado às culturas chamadas de primitivas, eles hoje seriam os historiadores de uma fase da experiência humana. Mas ampliaram o seu interesse e integraram o fator do tempo na sua abordagem. Assim, dinamizaram o conceito da cultura. Sempre que seres humanos existirem, a Antropologia tem o que estudar.

Uma transformação particularmente importante é o processo de secularização. O fim da religião tem sido anunciado já muitas vezes. Significaria o desemprego tanto do historiador da igreja quanto do antropólogo da religião, ou implicaria pelo menos uma redução do campo dos seus estudos ao passado. Na prática, a realidade social não parece obedecer às previsões. No Primeiro Mundo as igrejas se esvaziaram, sim, mas outras formas de religião ocuparam o vazio deixado pelo êxodo para fora das igrejas. No Segundo Mundo é surpreendente ver o papel das igrejas na transformação radical do fim dos anos oitenta. No Terceiro Mundo trata-se mais de uma “religionização” do que de uma secularização. Nesta parte do mundo, modernização não implica uma diminuição da influência da religião, mas um aumento. A transformação econômica estimula as condições em que as religiões florescem. Querendo ou não, as religiões têm um papel neste processo. A Antropologia Cultural e a História Eclesiástica terão ainda muito para estudar e descrever.

Conclusão

Este pequeno ensaio quer pleitear uma colaboração maior entre historiadores da igreja e antropólogos da religião. Suas disciplinas têm mais em comum do que se poderia pensar à primeira vista. Além disso, como vimos, uma poderia ser fonte de inspiração e lições para a outra. Especialmente no contexto latino-americano, este contato se impõe. Numa sociedade onde o poder é o fato central, as pessoas, especialmente no nível humilde e popular, são influenciadas no seu comportamento por suas religiões. Por isso, a religião é um fator crucial nos processos de transformação que se desenvolveram nos últimos trinta anos. É um desafio para ambas as disciplinas o estudo e o esclarecimento deste papel da religião.

Notas

- * Este artigo foi originalmente escrito como contribuição para a coletânea de estudos em homenagem a Joachim Fischer, publicada sob o título *Peregrinação* pela Editora Sinodal em 1990. Por razões técnicas não pôde mais ser incluído na mesma, em razão do que o publicamos na presente edição de *Estudos Teológicos*. (Nota do redator.)
- ** Tendência científica que procura entender o conjunto, o todo da realidade, em detrimento de aspectos isolados. (Nota do redator.)